

NUNO MEDEIROS

livro, trânsitos e inovações

configurações culturais, históricas e sociais da edição



contafios

Sumário

Prefácio ou Um voo transatlântico, 7

Ana Elisa Ribeiro

Introdução, 9

A ideia transnacional de circulação impressa

Para uma exploração do espaço transatlântico lusofalante, 21

A inovação no livro como metáfora

revolucionária na edição, 3

Percursos, convergências e tensões

na política do preço fixo do livro:

o caso português, 47

Do filme para o livro

Avatares da obra e questões de autoria em processos

de transposição mediática, 63

Sobre o autor, 101

Nota sobre a origem dos textos, 103

Prefácio ou Um voo transatlântico

*Ana Elisa Ribeiro*¹

Os textos de Nuno Medeiros já circulam no Brasil há tempos. Há vários anos, ele está entre nossas referências nos estudos do livro e da edição, em especial por meio de artigos publicados em revistas científicas deste e de outros continentes. No entanto, o trânsito dos livros entre um lado e outro do Atlântico depende de viagens e roteiros que nem sempre podemos fazer, ou não com a frequência que gostaríamos. Aliás, esse é justamente o assunto do primeiro capítulo deste volume, que temos a honra e a alegria de publicar em nossa coleção *Pensar Edição*, parceria entre as editoras Moinhos e Contafios no Brasil. Já era nosso plano ter o trabalho de Nuno Medeiros circulando entre nossos estudantes e pesquisadores na forma de livro (digital e impresso), o que agora se concretiza não apenas com o consentimento do autor, mas também com sua diligência e seu entusiasmo, que vem somar ao nosso.

Neste volume, Medeiros reúne quatro textos antes esparsos, com pequenos ajustes e atualizações, além de uma Introdução escrita especialmente para esta ocasião. Esses trabalhos colaboram enormemente para a maneira como podemos pensar e tratar a história e a circulação dos livros no espaço editorial lusófono, sem esquecer das influências e câmbios internacionais que nos tocam a todos. Portugal é central nestes capítulos, o que nos brinda com informações e reflexões importantes sobre esse país

¹ Professora titular do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), pesquisadora do CNPq, linguista. É uma das coordenadoras da coleção *Pensar Edição*.

com o qual guardamos tanta relação. Medeiros aborda a Lei do Preço Fixo em vigor por lá, enquanto aqui se trata exatamente de uma discussão premente, arquivada e desarquivada no meio político. O livro também é abordado em suas inovações, capítulo de particular interesse para esta prefaciadora, sempre às voltas com as questões tecnológicas que mantêm o livro vivaz e plástico, a despeito dos discursos sobre sua debilidade ou morte. Nuno Medeiros vem em nosso socorro com um capítulo magistral sobre isso. Finalmente, a relação entre roteiros do audiovisual e os livros é analisada, em especial nos trânsitos da “novelização”, que certamente no Brasil se chamaria algo como “romancização”, mas que por aqui pouco é referida.

Preparar este livro tem um leve traço de tradução. Obviamente que Nuno Medeiros nos brinda com textos inteligentes e bem-escritos, inclusive com referências a colegas brasileiros, no que demonstra seu efetivo ânimo de diálogo. Editorialmente, o que decidimos fazer foi rever o original, padronizando-o segundo o Acordo Ortográfico de 1990 (em vigor no Brasil desde 2009), sem prejuízo do sotaque lusitano do nosso convidado. Os trechos citados pelo autor, retirados de obras portuguesas, foram mantidos conforme os originais, já que são referenciados nos volumes publicados lá. Aqui e ali, algumas explicações da preparadora: onde ele diz “venda a retalho”, podemos entender brasileiramente como vendas no varejo; e onde ele escrevia “media”, é mais usual por cá escrever “mídia” e palavras daí formadas. E ficam basicamente nisso os termos que nos poderiam causar algum estranhamento. No mais, é embarcar neste volume em que o debate se adensa, e nos interessa profundamente. Agradecemos a generosidade de Nuno Medeiros pela cessão destes textos, por sua pronta organização e pelo explícito desejo – esprevidado também – de vir ter conosco num voo transatlântico.

Introdução

Como produto físico, o livro possui uma inteireza, uma totalidade, que transporta consigo uma história individual, a de cada objeto ou de cada título editado e publicado tomados singularmente, mas também a história dos modos como esses objetos e títulos se foram fixando e reformulando na memória das práticas e na sua representação simbólica. O livro é, portanto, concomitantemente, um objeto e uma ideia, que forjam e suscitam uma projeção semiótica pronta a ser oferecida aos mais variados projetos e modalidades de entendimento, fruição, consumo, subversão e apropriação. É certo que o livro digital, passível de ser conhecido, lido e apreciado apenas através de um aparato técnico e, por isso, físico, também se presta a uma galáxia de inscrições, sendo significado a partir de uma pluralidade de concepções e de hábitos. Mas a sua dimensão inerentemente desmaterializada e insuscetível de posse entendida como tangível e objetiva opera um distanciamento do livro (não do texto) digital de certas (não de todas, obviamente) dimensões de relacionamento com o objeto e com a ideia tipográfica. A materialidade simbolizada do livro organiza e estrutura seus usos e sua referencialidade, sujeitando-o a toda sorte de inscrições em que se concretizam sua existência e sua plasticidade. Uma das inscrições sociais em universos de utilização e referência do livro, que histórica e culturalmente mais o configurou, é a que remete à sua ligação íntima e estreita com os indivíduos e grupos percebidos e percebendo-se como cultos ou cultivados.

Nos círculos de consumidores culturais cultos – no sentido da erudição, dos estilos e das práticas de consumo,

com privilégio de determinados gestos e gostos auto e heteronomamente representados como distintivos – o livro consubstancia-se como paradigma do artefacto cultural de fruição, hábito ou alarde, cuja posição cimeira é incontestada. (Medeiros, 2010b, p. 549-550).

Uma das declinações mais simbolicamente carregada dos usos e representações do livro na esfera culta corresponde à perspectiva do bibliômano, na qual a interligação simbiótica entre ideia e objeto enquanto elemento simultaneamente qualificado valorativamente e qualificador identitariamente atingem uma espécie de zênite, traduzindo-se tanto pela devoção ao objeto como pela sua posse (Prance, 1976; Basbanes, 1995; Rabinowitz e Kaplan, 1999), na medida em que o livro se defina como algo raro, inacessível e intrinsecamente digno. Elevado a insígnia e, para aludir à lógica semântica – mas não necessariamente conceptual – de Walter Benjamin (1987), outorgado de uma dimensão aurática, porque associado a uma produção pautada pela autoridade do autor e pela raridade do objeto na sua existência material e nos traços que exhibe (como a marginália de um leitor sancionado pelas instâncias de legitimação literária, a assinatura na página de rosto de um antigo proprietário de conotação cultural alta, as correções do autor da obra para edição futura, a dedicatória, entre outros), ao livro pode facilmente ser conferido um estatuto de sacrário da palavra escrita e impressa.

Esse tipo de relação lida normalmente mal com o acesso a certas obras pelo vulgo não iniciado na ética e na sensibilidade, vendo esse acesso de certa forma como profanação. O livro surge, assim, e para certos setores que desenvolvem determinadas formas de relação com o objeto (ou, pelo menos, certos objetos) e com a ideia, como sendo um resultado sublime da criação, amiúde único. Dessa mundividência resultam opções filosóficas e práticas a que se apegam os seus cultores, com maior evidência no âmbito do livro raro e caro (assimilado a um valor intrínseco,

mas também de mercado), embora não restritas a esse âmbito. Entre as opções referidas sobrevém um discurso apologético dos cuidados especiais exigidos pelo livro, sobretudo certos tipos de livros, como o tipo de acomodação que merecem, havendo tratados em torno de estantes e prateleiras adequadas (Petroski, 1999). As estantes, aliás, formam um universo representacional de grande impacto, como se viu em muitos serviços noticiosos durante a pandemia de Covid-19, na qual sobretudo os espaços domésticos – e, portanto, a figura simbólica que através destes se expunha – se apresentavam às audiências frequentemente com estantes de livros em cenário (Norrick-Rühl e Towheed, 2022). Espaços privados de leitura, ou assim projectados para o público, surgem, então, como dimensões materiais de cultura suscetíveis de interpretação simbólica e conferentes de estatuto social.

Um dos mais interessantes preceitos subsumidos nesse quadro de etiqueta e conduta dedicado ao livro será, porém, aquele que se traduz em esconjurar um agregado de usos considerados heréticos, como a anotação manuscrita (exceto àquela a que é adscrita autoridade) ou o sublinhado feito diretamente na página do livro, sobretudo se tratar de intervenções feitas com tinta de esferográfica – atribuindo-se muitas vezes às marcas gráficas efetuadas com pena ou caneta de aparo uma conotação cronológica pretérita e, por isso, valorizadora. A intervenção no livro pelos seus leitores ou possuidores não autorizados por esquemas e instâncias sociais de legitimidade artística, literária ou cultural num sentido mais amplo (quando esse leitor ou possuidor é uma personagem política de relevo, por exemplo, mesmo que não possua conexão direta com os campos de criação e mediação artística e literária) torna-se, então, no seio dos cultores de certa ideia de pureza bibliófila, uma prática estigmatizada, produtora de mácula (Jackson, 2001; Buckridge, 2021).

Evidentemente que o vasto e heterogêneo universo social de um uso intelectual, criativo, científico e genericamente especializado do

livro compreende, ou seja, inclui, práticas de ação direta, visível, indelével e até palpável. A mencionada inserção de comentários a tinta de esferográfica ou a dobragem da ponta de uma folha sinaliza um traço de comunhão com o objeto impresso e uso do livro de modo intenso para muitos membros do plural mundo cultivado, desde literatos a estudantes, passando por professores e profissionais ligados à escrita (como revisores, tradutores, prefaciadores, jornalistas). Mas para a representação do livro como veículo sacralizado que vale *per se* enquanto forma e símbolo da perfeição, da inacessibilidade ou da raridade, a inscrição material da leitura ou do uso do livro através de uma marca física – com as exceções referidas – consiste num ato inimaginável de desfiguração e mutilação (vocábulos comuns no discurso culto ou erudito quando alude a essas práticas), portanto, de desqualificação, de violação, de escarificação mesmo. Não é por acaso que existe a expressão inglesa *book defacing*.

Do convívio com os livros sobrevém a complexidade do modo como é concebida a relação com o objeto físico e a variedade de comportamentos que essa relação engendra. Trata-se de uma relação plástica, construída na flexibilidade. Por exemplo, há uma forte oscilação no valor atribuído às anotações caligráficas nas páginas de um livro. O escritor e jornalista Roger Rosenblatt confessa: “É vergonhoso admitir: desfiguro livros todo o tempo” (Ellis, Seebohm e Sykes, 1995, p. 200). Rosenblatt refere-se apenas à prática de anotar as páginas a lápis, afirmando não ir mais longe nos seus hábitos desfiguradores. No entanto, acrescenta adorar

ver os rabiscos dos outros. Há um valor comunicativo e emocional num registo dos pensamentos e sentimentos de outro ser humano, deixado para futuros leitores. É claro que, embora isso prejudique um livro, se o rabisgador tiver sido Henry James ou James Joyce, o livro torna-se muito mais valioso (Ellis, Seebohm e Sykes, 1995, p. 200).

O carácter levemente embaraçado da ambiguidade subjacente ao discurso de utilizadores do livro como Roger Rosenblatt não esgota a panóplia de posições sobre esse tema. Para o escritor e revisor Toby Lichtig, por exemplo, desfigurar livros é

uma prática muito depreciada da qual sou um discípulo apaixonado. O meu namoro com a mutilação textual começou na escola, com cantos vincados e sublinhados a lápis, mas depressa progredi para o destacado e para a ação total da tinta sobre o papel – o eflúvio do envolvimento, o traço vivo e vibrante do diálogo. Se, como os pós-estruturalistas sugeriram, o acto de ler é um acto de violência, então rabiscar a página com uma esferográfica barata deve ser o seu corolário lógico (Lichtig, 2010).

Para Lichtig a linha vermelha do que não deve ser feito num livro situa-se muito para lá da marcação a lápis, revelando comportamentos de intervenção no livro que a devoção bibliófila facilmente apodaria de inconcebíveis, insensatos, disparatados ou bárbaros. Na contramão desse posicionamento, Lichtig assegura que

na minha biblioteca vale tudo: rabiscos, números, endereços, listas, receitas e as consequentes manchas de comida. A personalização dos meus livros é uma parte intrínseca da interacção com eles (e é por isso que tenho tendência a ser neurótico em guardar o que li). Talvez seja culpa da minha memória algo lenta: as marcas e as garatujas ajudam-me a recordar o texto e, sobretudo, a pessoa que eu era quando o li: como me sentia, onde estava sentado, com quem estava (Lichtig, 2010).

O desassombro de quem ganha a vida a criar textos seus e a recriar textos alheios é enfático no elogio que faz desses comportamentos de ação directa nos livros, comportamentos que conferem, na perspectiva de Lichtig, um carácter humano, vivido e

até mundano a um objeto que outros defenderão no seu caráter imaculado, digno de êxtase e embevecimento, alheio frequentemente ao toque e até ao manuseio, pelo menos dos não-iniciados. Existe, nessa medida, uma tensão no ponto em que se cruzam dois processos. Por um lado, o fenômeno de persistência de certo traço de exclusividade e inacessibilidade, vistas como naturalmente imanentes a um objeto consagrado pela ortodoxia associada às elites culturais – ou a franjas delas – que se vêm como uma espécie de clube restrito e iluminado (Ribeiro, 2023). Parte das raízes desse fenômeno, profundamente imbricado nos espaços sociais do colecionismo e da bibliofilia, fundam-se na ascensão, sobretudo na Europa de finais do século XIX (mas claramente presente já antes), de uma classe particular no interior boêmio, intelectualizado e esteticamente motivado da alta burguesia, ascensão essa traduzida nos modos como muitos dos seus membros lograram estimular o interesse por formas únicas de expressão artística, como os livros ilustrados, originando uma atmosfera cultural e mercantil promotora da atividade bibliófila e de valorização das artes do livro (Silverman, 2008).

Por outro lado, verifica-se o processo social e histórico de massificação do consumo do livro e do acesso à leitura como capacidade essencial na qual se baseia a ideia contemporânea de desenvolvimento e democracia, processo politicamente preconizado pelas elites culturais (Medeiros, 2010b). Esse processo de abertura e de alargamento da base social de contato “normalizado” com o livro não diz somente respeito à quantidade e diversidade demográficas das pessoas e comunidades que passaram a conceder a esse objeto cultural uma presença regular no seu cotidiano. O que emerge é igualmente uma galáxia de usos e morfologias de relação com o livro, que complexificam e heterogeneizam a utilização que dele é feita. Tome-se como caso impressivo a prática de grangeirização (Macovski, 2013), um passatempo de matriz bibliófila, cujo nome se deve ao clérigo e colecionador inglês James Granger

(1723-1776) e que remonta ao final do século XVIII, tendo-se estendido por todo o século seguinte. Os colecionadores privados e outros amantes/amadores do livro inseriam várias formas de material efêmero nos seus livros, desde cartas e outros tipos de manuscritos, a recortes, gravuras e ilustrações, passando ainda por recibos e bilhetes. Muitos desses livros eram sujeitos a um processo de encadernação próprio, que acomodasse as páginas adicionais desse material enxertado nas edições e que, a um tempo, as tornavam singulares e as distanciavam de uma existência inerte. De certa maneira, como afirma Gabrielle Dean (2013), o livro grangerizado, também designado extrailustrado, metamorfoseava a natureza do livro, cujo texto deixava de ser linear, tornando-se numa verdadeira rede multidirecional capaz de estabelecer ligações com outros textos, impressos ou manuscritos, transformando o leitor num colaborador e interlocutor do escritor, do editor e dos outros leitores. Mais do que intertextualidade, trata-se de um fenômeno de hiperligação textual, antes das hiperligações textuais e mediáticas da internet trazidas pela web 2.0 nos alvares do século XXI. A grangerização como sinal de amor e devoção a uma imagem do livro opõe-se, nas suas configurações e consequências, à preservação escrupulosamente não interventiva² como sinal de amor e devoção a outra imagem do livro.

É nessa esfera de tensões que se vai desenhando a tênue e permeável fronteira entre a desfiguração do livro e a marginália,

² É certo que a problematização da história da monumentalização e cristalização do livro como tendência de fixação da gênese no texto escrito impõe uma historicização da cultura escrita *latu sensu*, cujas características mais vetustas chocam de frente com a prática de preservação como orientação e intuito únicos. Pense-se no palimpsesto enquanto prática antiga de raspagem física do objeto escrito para o seu reaproveitamento enquanto suporte de novos conteúdos (Battles, 2015), materializando um apagamento textual e, por extensão, representando uma desfiguração/*defacement* total, ao mesmo tempo que possibilitava uma forma de intertextualidade por camadas, altamente relevante para a história dos textos e para os estudos literários.

entre o interdito e o autorizado, entre o ilegítimo (ainda que praticado extensamente) e o legítimo. O mundo que se apropria do livro é caleidoscópico e criador de heteronomias, inventando e consolidando novos comportamentos e propostas de relacionamento com o objeto e com a ideia. Para não complicar muito mais, tome-se o lugar da leitura como lugar de construção ativa de sentido, de subversão, de contraintenção, transformando quem usa o livro de certa forma como cocriador de sentido (Curto, 2006), reconfigurando as possibilidades de existência da obra enquanto campo enunciativo em permanente diálogo discursivo com o *logos* prescritivo dos outros agentes envolvidos no engendramento do texto, na sua transformação em livro e nos seus modos de circulação, designadamente o espaço editorial como espaço de coenunciação (Salgado e Muniz Jr., 2011). Essas tensões são obviamente prefiguradas de maneira variada em termos políticos, econômicos, culturais e sociais. As circunstâncias e estruturas diferenciadas fazem emergir lógicas, dinâmicas e agentes igualmente diferenciados e diferenciadores, mas implicando sobreposições e processos de cruzamento e mistura. Veja-se o caso, historicamente mais antigo do que tende a ser suposto, dos autores em regime de autopublicação. Nos contextos de existência e circulação do livro, com inscrição crescente num universo tecnológica e simbolicamente propenso à autopublicação, “as divisões entre autor e editor, que parecem instintivamente claras, tornam-se nebulosas” (Moreira e Magalhães, 2023, p. 112).

O livro e os seus universos de inscrição são, então, respectivamente, objeto e espaços declinados, expressão que titula o próprio objeto que está neste momento a ser lido por quem tem esta obra nas mãos ou no dispositivo de leitura. Este livro, todavia, concentra-se numa arena particular da existência do livro, o da sua produção editorial e dos processos que a configuram, sejam eles de natureza cultural, histórica ou social, territórios de

significação por extenso, que incluem obviamente dimensões como a política, a econômica ou a tecnológica. E também esta arena, a da edição de livros na sua diversidade de circunstâncias e componentes, constitui um espaço de declinação e multiplicidade, tantas vezes pautada pela não-linearidade ou pela contradição e recheada de arestas. Tema mil vezes glosado, mil vezes explorado, mil vezes estudado. O que aqui se propõe não é um pioneirismo de tópicos, mas tão-só um conjunto de quatro curtos capítulos suscetível de instigar ou reiterar um desejo de – ou uma disposição para – uma incursão neste mundo declinado, a partir de um pequeno quadro de processos que correspondem a outras tantas dimensões de análise e entendimento da edição de livros. São somente quatro observatórios que insinuam uma promessa maior, que não cabe nas páginas seguintes, embora forneçam uma chave interpretativa a partir de quatro ideias-fortes essenciais à compreensão do que é ou pode ser a edição de livros, que remetem para fenômenos e estruturas mais vastas presentes na edificação de uma realidade histórica que, por comodidade discursiva, se apelidará de moderna: circulação, inovação, mercado e poderes públicos, e intersecções e articulações midiáticas.

No capítulo que abre este livro, chamado “A ideia transnacional de circulação impressa. Para uma exploração do espaço transatlântico luso-falante”, adentra-se o tema do trânsito editorial de livros e outros impressos através do espaço atlântico de língua portuguesa, igualmente um universo de produção, disseminação e recepção de manuscritos, gente, projetos e instituições. Essa circulação é suscitada num sistema complexo e intrincado de comunicação que promove a ligação impressa (e manuscrita) entre geografias, comunidades e mercados em que a língua portuguesa desempenha um papel agregador, do Brasil a Portugal, da África lusófona às comunidades dispóricas. Não se trata apenas de uma alteração de escala, mas de uma proposta alinhada com um movimento crítico de concepção do objeto de

pesquisa que rompe, por um lado, com uma exclusividade das categorias de entendimento de base nacional e, por outro, com formulações interpretativas produzidas a partir de um eixo de centralidade do discurso científico, de origem anglo-saxônica e assente em lógicas de poder institucional dirigidas às periferias, que os devem importar como modelos. Esse duplo movimento tem-se vindo a sedimentar há várias décadas nas diligências explicativas das ciências sociais e da historiografia, que aqui são articuladas com o estudo do livro e da edição. A autoria deste capítulo inicial é, a vários títulos, partilhada com Giselle Martins Venancio, a quem o capítulo muito deve quanto às ideias, interrogações e formulações que nele se exprimem.

O capítulo seguinte intitula-se “A metáfora revolucionária na edição: inovação no livro”. Nele, é sistematizado um conjunto de notas em torno do tema da inovação na edição de livros e um dos seus efeitos narrativos, a revolução como consequência transfiguradora de algumas inovações. A partir de dois exemplos, o livro de bolso e o clube do livro, busca-se um enquadramento problematizador que ajude a desconstruir algumas perspectivas unívocas e automáticas acerca das consequências na cultura impressa da descoberta e da invenção de determinadas fórmulas de produção e circulação do livro. Nesse capítulo enfatiza-se a edição como um dos redutos de mediação criadora, prescritiva e estratégica do livro.

“Percursos, convergências e tensões na política do preço fixo do livro: o caso português” é o nome do terceiro capítulo, no qual é aprofundada uma das dinâmicas decorrentes de uma das dualidades mais características da edição de livros, a histórica e normalmente difícil articulação entre cultura e comércio. Localizada no encontro e no confronto entre a natureza cultural, quantas vezes investida de uma lógica de rédito econômico invertido (pelo menos para alguns setores do livro), e a condição de mercadoria, indeligiável de um processo econômico de fabrico e

distribuição, essa dinâmica reflete de maneira loquaz as tensões que irrompem na constituição de mercados do livro em eixos essenciais como o crescimento, a diversidade, a sustentabilidade e a regulação do mercado. Com efeito, o aparecimento e a consolidação de mercados de produção e consumo impresso gerou uma discussão sobre a necessidade ou não de instituir mecanismos capazes de atenuar ou eliminar desequilíbrios diagnosticados no setor do livro, regulando o mercado desse bem (considerado nas suas peculiaridades) por via quer de dispositivos de autorregulação da própria edição, quer de instrumentos criados e aplicados pelos poderes públicos, como a que diz respeito a uma intervenção legislativa direta na política de preços. Recorrendo à realidade portuguesa contemporânea como caso, a abordagem foca-se no aprofundamento desse último aspecto, problematizando o sinuoso trajeto percorrido em Portugal até a adopção de legislação em torno das regras de fixação do preço do livro novo em 1996, através da qual se aspira a uma intervenção de correção político-administrativa no mercado.

O capítulo que encerra este livro, com o título “Do filme para o livro. Avatares da obra e questões de autoria nos processos de transposição midiática”, investiga as modalidades de produção de livros a partir de padrões de transposição midiática e de circularidade da obra durante o seu percurso intertextual e intermediário. A história da edição de livros, sobretudo aqueles destinados ao grande consumo, é fértil em exemplos em que o texto editado em livro foi novelizado a partir do guião/roteiro de um filme ou em que um filme foi adaptado de um livro previamente publicado, podendo acontecer a sua passagem a programa de rádio, mas também a peça de teatro ou a série televisiva. O objeto de estudo deste quarto capítulo são as novelizações publicadas na primeira metade dos anos 1940 pela editora portuguesa Romano Torres. Não constituindo o conjunto de volumes editados um *corpus* extenso (são apenas nove livros), a migração

textual observada levanta uma série de perguntas sobre o próprio significado de originalidade e autoria de um livro, na medida em que esse livro resulte de sucessivos processos de transposição e encarnação midiática. A pesquisa efetuada sobre o catálogo e o arquivo da casa de edição Romano Torres demonstrou como o processo de transposição midiática no texto é correlativo de avatares que o transformam enquanto produto destinado a ser enquadrado, pensado e consumido de muitas formas, mesmo mantendo o mesmo título, as mesmas personagens e a mesma história.

Sem aspirações a exaurir a profusão temática da edição, este livro formula um desafio a quem se propuser a lê-lo, no todo ou em parte: olhar para o produto final como o resultado que acolhe e dissimula um complexo de operações, de opções e de atuações que conduziram à sua existência, nas quais o elemento editorial desempenha um papel central. Este livro é, na sua própria concretização, uma excelente ilustração do poder configurador do gesto editorial, na medida em que o seu nascimento foi pensado e materializado a partir de um convite de Ana Elisa Ribeiro, também autora nesta obra – é seu o prefácio – e a quem sou muito grato. Sem o seu espevitamento editorial, sem a sua provocação, este livro simplesmente não existiria. Agradecimentos que dirijo igualmente a Nathan Magalhães e a Pablo Araújo, pelo entusiasmo e apoio desde a primeira hora. É um exemplo acabado de que é na força imaginativa e de criação das gentes da edição e do mundo que constroem que se pode encontrar a gênese, até textual, de muitos livros. E por isso este livro em concreto é dedicado a essas gentes, a começar pelo trio que coordena a coleção Pensar Edição, onde honradamente este livrinho se passa a incluir.